

Índice

Iniciativas de cuidados compassivos	1
Regressar ao lar, uma via para resolver questões complexas	3
Canadá aos jovens: a marijuana já é legal, mas não a consumas	4
“La búsqueda del algoritmo”	4

Iniciativas de cuidados compassivos

A palavra **compaixão** vende pouco. Soa a condescender com a debilidade, com a fragilidade, e esta época em que a utilidade material condiciona qualquer ação, não as pode permitir. É assim que se implanta a eutanásia, “saída prática” para os que sofrem ou já não conseguem cuidar de si próprios. Mas também vão aparecendo iniciativas que apostam em dignificar realmente a vida até ao fim dela.

Uma destas é o movimento Comunidades y Ciudades Compasivas, que tem atuado em Espanha através da [New Health Foundation](#). Nele o acento não é posto em “empurrar amavelmente” os doentes graves na pressa de morrer, mas em levar a comunidade a interessar-se por eles de um modo muito mais edificante. É o que explica Silvia Librada, diretora do programa “Todos Contigo”, da mencionada fundação:

– *O que é exatamente uma cidade compassiva?*

– A compaixão é entendida como essa capacidade dos seres humanos de poder identificar, compreender o sofrimento de outra pessoa e desejar aliviá-la, e o conceito de comunidades compassivas cumpre este princípio. Uma cidade compassiva é a que procura identificar o sofrimento e as situações de adversidade das pessoas com doenças avançadas e de final de vida. Digamos que é uma comunidade que sente empatia com este sofrimento, se capacita para verificar os possíveis recursos que lhe deem uma resposta, e se mobiliza para aliviá-lo.

O movimento foi impulsionado pela Public Health Palliative Care International ([PHPCI](#)), que implementa um modelo associado com a saúde pública em países como Irlanda, Índia, Reino Unido, Canadá, Austrália, e também na América Latina e em Espanha. A partir deste modelo, a Fundação New Health o que fez foi aprender as componentes necessárias para criar uma cidade compassiva e uma metodologia, “Todos Contigo”, que reúne as componentes de sensibilização, formação da sociedade e intervenção comunitária, que é quando já passamos a estar mobilizados para nos encontrarmos com aquelas pessoas que se encontram em situação de doença avançada, e criamos com elas redes comunitárias.

Tudo isto tem, adicionalmente, uma componente importante de avaliação. Conseguir ser uma cidade compassiva com o final da vida é levar a que todos os atores da vida de uma cidade (escolas, institutos, universidades, empresas, centros de lazer, hospitais, centros de atendimento primário, municípios, sociedade civil, etc.), comecem a envolver-se.

– *A iniciativa solicita alguma cooperação da parte dos municípios?*

– Não só deles. Quantas mais pessoas e instituições se envolvem, tanto melhor. Todos têm algo a oferecer. Este é um projeto de cooperação, de coordenação. Nas cidades já há muitos recursos para atender as pessoas, muita gente a querer fazer alguma coisa pelos outros, e associações que se envolvem, mas muitas vezes não estão bem interligadas. Por isso, a partir da Fundação e do modelo “Todos Contigo”, criámos uma rede de todos estes agentes chave para conseguir que cada pessoa com doença crónica, avançada, dependência ou em final de vida receba um atendimento integral, compassivo e de elevada qualidade.

– *Entre as cidades participantes mencionam, por exemplo, Pamplona, mas será aplicável em cidades maiores?*

– Sim. Estamos a trabalhar com o “Todos Contigo” também em Getxo, em Badajoz, em Sevilha, onde se encontram 700 000 habitantes, e é o mais visível. Mas o projeto também está em Bogotá, que tem 8 milhões de habitantes.

Ou seja, que é possível replicá-lo, porque a implementação é gradual. Em Sevilha, começámos pelo distrito San Pablo-Santa Justa (60 000 habitantes), e a ideia é ir ampliando-o a outros. No bairro, identificamos onde estão essas pessoas em situação de doença avançada, e como podemos atuar com elas para criar redes compassivas, integradas por vizinhos, amigos e familiares que começam a envolver-se nos cuidados e no acompanhamento.

– *Que recursos coloca o projeto à disposição dos doentes terminais? Estes têm de pagar?*

– As pessoas vêm remitidas pelos seus médicos dos cuidados primários, por centros residenciais, pelos serviços sociais... Aquilo que o projeto coloca à sua disposição é a figura do promotor comunitário, que juntamente com os profissionais dos cuidados primários, o dos cuidados paliativos e o assistente social dos serviços sociais de base, atuam para que, a partir do momento em que a pessoa esteja a participar no programa, possam determinar-se as suas necessidades e quem as satisfaz.

Uma pessoa no final da vida tem muitas necessidades físicas, sociais, emocionais, espirituais, e para realizar as atividades da vida diária. Também precisa de estar acompanhada durante as tardes ou durante as noites. O promotor pergunta se tem algum amigo ou familiar que possa aparecer, e vai gerindo com eles todos esses cuidados para conseguir que sejam satisfeitos.

O serviço é gratuito para todos os participantes, tal como as ações de sensibilização e de formação que se efetuam para os cidadãos em geral, e conseguiu um atendimento integrado, no qual nunca perdemos de vista o doente. O promotor observa se a pessoa está sozinha, e a partir daí, começa a trabalhar com a família, ao mesmo tempo que o médico, o enfermeiro e o psicólogo ficam à disposição.

Imagine-se que alguém, nos últimos dias da sua vida, quer ir ao cabeleireiro e não se pode deslocar. Então o promotor fala com um cabeleireiro e pergunta-lhe se pode ir a essa casa. Ou o exemplo de uma pessoa que perdeu a possibilidade de jogar xadrez com os seus amigos, os quais haviam deixado de ir vê-la. Bem, pois conseguimos que os amigos vão visitá-la, que joguem a sua última partida e que se despeçam.

Isto é o que consegue o projeto: cumprir esses desejos, romper o tabu. Há sempre coisas que se podem fazer, mesmo que pequenas. Aquilo que pretendemos é que a sociedade ganhe consciência de que cada pessoa é importante e de que se pode oferecer-lhe muito nos seus últimos momentos. Cada

ação que se faça é uma ação que permanece para sempre, porque é um ato de bondade, de amor e de compaixão. E é maravilhoso.

– *O governo do PSOE iniciou os trâmites parlamentares para legalizar a eutanásia. Como afetaria uma legalização a vossa iniciativa?*

– A nossa missão é desenvolver e estender os cuidados paliativos como prioridade do sistema, porque todos necessitamos deles, todos vamos morrer, e os paliativos são uma peça chave. A nossa missão é aliviar o sofrimento, daí pensarmos que se tem de desenvolver mais estes cuidados e que cheguem a todos. Queremos fazer ver que o final da vida não está a ter um atendimento como deveria, e que haja soluções com aumento da cobertura. Que em vez de 50 % de pessoas a que chegamos hoje em Espanha, cheguemos a 100 %.

Isso é o que nos move, pelo que não nos afeta [a eventual legalização]. Nós vamos noutra direção e procuramos oferecer outra forma de viver até ao fim.

– *Dos casos tratados por “Todos Contigo”, conheceu algum doente que tenha “mudado o chip”: de desejar a morte a todo o custo, para apostar no fim natural?*

– Acontece-nos todos os dias, e verificamos uma satisfação geral das pessoas beneficiadas, dos seus familiares e redes mais próximas. Quando alguém é bem atendido com cuidados paliativos e está rodeado dos seus seres mais queridos; quando pode despedir-se destes e está consciente do que se passa, então o *chip* muda. A satisfação é total.

Dizemos sempre que quando parece que não se pode fazer nada, pode-se fazer muito. Não nos ficamos pelo “incurável”, pelo “terminal”, e pelo está tudo acabado, pois ainda restam dias, semanas, meses... É verdade que não poderemos curar a pessoa, mas esses meses são fundamentais para a equipa, a realizar um trabalho precioso para que a pessoa em causa fique bem, consiga a sua paz interior e se sinta aliviada.

– *O que nos falta para que, mais do que cidades, tenhamos um país compassivo?*

– A sociedade impulsiona a mudança. Cada um de nós deveria compreender que a morte faz parte da vida. Deveríamos começar a desenvolver hoje as nossas redes de cuidados. Interrogar-nos: “Quem estaria hoje disposto a cuidar de mim?”. Temos de aprender a pedir ajuda, e a entender que é um processo natural. Os profissionais, os trabalhadores, todos.

Se o obtivermos, conseguiremos que cada um, a partir do seu papel social, venha a mudar, e que se alargue a consciência do importante que é sermos tratados de uma forma digna até aos últimos momentos da vida.

L. L.

Regressar ao lar, uma via para resolver questões complexas

Há poucos anos, uma empresa de grandes armazéns impulsionava as suas vendas sob o *slogan* "Tenho uma casa, quero um lar". A ideia era interessante e indicava que não basta uma simples habitação para dar calor a uma casa. Um grupo internacional de académicos apresentou um livro, "[The Home. Multidisciplinary Reflections](#)" (Edward Elgar Publishing), com o qual procuram revelar o que representa esse espaço de intimidade para a pessoa e a sociedade.

Para Antonio Argandoña, professor de Economia e de Ética da Empresa no IESE e editor da obra, "partimos da ideia de que há muitas formas de lar, tantas como famílias, e cada uma deve encontrar a sua fórmula"; mas todas partilham algo muito similar ao que move as organizações empresariais: "um projeto de colaboração com um propósito comum e por motivações diversas".

No caso do lar, explica Antonio Argandoña, o propósito é "a busca do bem para todos", algo que impulsiona "a intenção de participar" e, simultaneamente, ajuda a manter o equilíbrio entre os objetivos particulares. "Num bom lar, todos põem em prática processos de aprendizagem de conhecimentos, capacidades, atitudes e virtudes; pelo contrário, se os interesses pessoais têm primazia sobre o conjunto, como uma visão individualista propõe, não será possível e teremos um que é mau".

O volume, resultado do trabalho de investigação do [think tank Home Renaissance Foundation](#) (HRF), de âmbito internacional e com sede em Londres, propõe começar a utilizar o lar como ponto de partida para resolver temas sociais que preocupam: entre outros, o insucesso escolar, os cuidados com os idosos, horários laborais, etc., pois são problemas que afetam as pessoas, não como indivíduos isolados, mas como parte de uma comunidade básica, a família.

Os autores destacam que multidisciplinariedade é necessária para não obter soluções parciais, pouco operativas, que incidem apenas num ângulo das questões esquecendo o resto. "Os especialistas que propõem soluções e os políticos que as apoiam, devem ter sempre em mente o impacto que tudo terá sobre a instituição que denominamos lar – salientam –, porque é o melhor modo de chegar às pessoas".

O livro inclui contribuições de académicos dos âmbitos da filosofia, das ciências da saúde, da economia e da geografia. Entre os pontos comuns encontra-se a importância das relações no lar para o desenvolvimento pessoal; a inserção do lar no quadro amplo da sociedade, isto é, como instituição que contribui para o bem social simplesmente com o seu bom funcionamento; e a importância de fortalecer e reforçar com

medidas públicas o que aí se faz, "sem suplantando a iniciativa e recursos das pessoas, mas complementando-os quando necessário".

Na apresentação da obra, num encontro em Madrid, organizado em colaboração com o observatório da família [The Family Watch](#), interveio, entre outros, a neuropsiquiatra Rafaela Santos, presidente do Instituto Español de Resiliencia, que destacou o que significa o lar na construção da pessoa. "Do equilíbrio emocional dos pais depende o de todos os filhos; por isso, faz falta um ambiente que facilite a sua felicidade, que é diverso de vir a obter um grande índice de bem-estar. As políticas deveriam favorecer esse tempo de dedicação, não se limitarem a satisfazer necessidades materiais, pois os adultos trabalham muito e de modo desordenado".

O livro sublinha também que "o número de pessoas do lar não é a perspetiva mais importante. Mesmo uma pessoa que vive sozinha pode formar um lar". Embora nesses casos não aconteçam as relações intrapessoais mais correntes, isso não invalida a importância do lar, porque "as pessoas que vivem por sua conta, por exemplo, têm que manter o seu local de vida habitável para desfrutar de uma vida humana, talvez com a ajuda de outras pessoas". Então serão mantidas relações com os vizinhos do prédio ou do bairro, e experimentar-se-á a sociabilidade de outro modo.

Precisamente, a HRF defende que um dos requisitos chave para criar um lar é o trabalho, uma atividade laboral que se efetua dentro do lar por parte de todos os seus ocupantes, não somente pelas mulheres e, às vezes, por profissionais externos. Um trabalho que não consiste unicamente em "fazer coisas, como também e, principalmente, em transformar as pessoas", como afirma Argandoña, referindo os estudos da economista norte-americana Maria Sophia Aguirre sobre a relevância do trabalho do lar para produzir capital humano, social e moral, indispensáveis a um desenvolvimento económico sustentável.

Com esta publicação multidisciplinar e outras iniciativas de carácter mais prático desenvolvidas desde 2006, a HRF pretende conseguir "um maior reconhecimento do trabalho no lar como chave para criar uma sociedade mais humana". Para lá de uma mera coleção de tarefas como limpar, lavar ou cozinhar, "é um sistema de valores onde se integram ciência, arte, cultura, competências e aptidões para a gestão", referem.

M. A. B.

Canadá aos jovens: a marijuana já é legal, mas não a consumas

Passado menos de um mês desde a legalização da produção, da venda e do consumo de marijuana no Canadá, o governo começou uma campanha de educação pública, apoiada em 83 milhões de dólares e focada nos jovens, para os prevenir sobre os perigos que a droga tem para eles.

Segundo refere Catherine Porter no [“The New York Times”](#), algumas unidades do sistema de saúde pública adotaram uma estratégia de redução do dano, através da qual encorajam os adolescentes a apostarem em “dias sem cannabis” e a não conduzirem drogados. Outras estão a lançar a mensagem da abstinência. “Não é por ser legal que é segura. Essa é a nossa mensagem real”, diz o Dr. Paul Roumeliotis, de Ontário.

Além disso, as autoridades [qualificaram como delito](#) fornecer a cannabis a qualquer menor de 19 anos (ou de 18, consoante a província), com pena até 14 anos de prisão.

De momento, no entanto, persuadir os jovens a não encarar a legalização como uma luz verde para consumi-la, será difícil, defendem alguns especialistas, para não referir que no passado, os esforços para afastar as pessoas das drogas não tiveram os frutos desejados.

Fontes oficiais argumentaram que a regulação do mercado e o combate contra os vendedores ilegais reduziriam o consumo entre os adolescentes, hoje em alta. Segundo um [relatório da Unicef](#), de 2013, os jovens canadianos são os que mais marijuana consomem em todo o mundo. Igualmente, [um inquérito recente do organismo estatístico canadiano](#) revela que 32,7 % dos adolescentes tinham fumado marijuana nos três meses anteriores.

“O elemento mais falso da legalização é que manteria [a marijuana] longe do alcance dos menores”, afirma o Dr. Benedikt Fischer, do Center for Addiction and Mental Health, de Toronto. Outra especialista em dependências, Jenny Hanley, questiona fortemente a decisão governamental: “Está demonstrado que o cérebro não para de crescer até aos 25 anos de idade, e agora vamos vender [cannabis] a pessoas de 19 anos. O que é que estará a pensar o nosso governo?”.

Vários estudos mostraram que o uso da marijuana pode prejudicar as funções do cérebro dos adolescentes [inclusivamente durante algum tempo depois da droga ter sido eliminada](#) pelo organismo (“Aceprensa”, 29.8.2012). Alguns especialistas manifestaram, além disso, a sua preocupação pelo uso que muitos jovens fazem do narcótico para “se medicarem” contra a ansiedade e a depressão.

A maioria dos cientistas concorda que o risco para os cérebros jovens é maior naqueles que começam a fumar aos 12 anos

ou antes, nos que o fazem com regularidade e nos que consomem marijuana de alta potência. Além disso, advertem para os perigos sofridos por aqueles que têm [antecedentes familiares de esquizofrenia](#) ou transtorno bipolar (“Aceprensa”, 13.5.2016).

“La búsqueda del algoritmo”

“What Algorithms Want”

Autor: Ed Finn
Alpha Decay. Barcelona (2018)
384 págs.

A filtragem em massa de dados de utentes do Facebook e o seu uso por parte da [Cambridge Analytica](#) (“Aceprensa”, 27.3.2018) nas eleições norte-americanas, voltou a pôr em relevo a enorme influência que têm os algoritmos nas nossas vidas. Será que confiamos demasiado no seu poder? Em que medida compreendemos a sua dinâmica e consequências? Será a sua utilização benéfica socialmente?

Ed Finn, diretor e fundador do Center For Science and the Imagination, responde a essas e outras questões neste ensaio, que constitui um apelo em defesa das humanidades e um testemunho de como as grandes empresas tecnológicas e a indústria cultural se servem dos algoritmos para melhorar os serviços que prestam. Nas palavras do próprio Finn, o livro “não é uma teoria contra ou a favor do algoritmo, mas mais um novo mapa do território assente no seu transcendental papel como ferramenta que implementa ideias computacionais”.

Finn compara o conhecimento algorítmico com uma catedral, visto que, na sua opinião, embora o código informático pareça produto da lógica, depositámos demasiada fé no seu poder. Contudo, considera que a finalidade que se procura com os algoritmos não é tanto criar um sistema de conhecimento, como antecipar-se às nossas decisões e dizer-nos – tal como afirmava o antigo diretor do Google, Eric Schmidt – o que temos de fazer. Para o conseguir, é necessário conhecer intimamente os utentes da rede; depois, a matemática irá encarregar-se do resto.

O livro analisa em pormenor a influência dos algoritmos no campo da cultura. “Atualmente, as plataformas algorítmicas moldeiam com eficácia toda a produção cultural, desde os autores que se enredam na parafernália do Twitter para promover as suas novidades, aos sofisticados sistemas que se encarregam de nos recomendar produtos novos”.

Perante esta situação, o autor reivindica a função das humanidades e a leitura crítica, e pensa que são imprescindíveis para enfrentar essa conexão entre computação e cultura. Precisamos desesperadamente, reitera, de mais leitores, de mais críticos e de mais mentes para interpretar os algoritmos que agora definem os canais e horizontes da nossa imaginação coletiva.

“La búsqueda del algoritmo” é um ensaio, em resumo, que apresenta uma visão completa desse novo mecanismo computacional e da sua repercussão em todos os âmbitos da nossa vida, como o entretenimento, as finanças, os transportes, a comunicação ou o trabalho. É interessante, além disso, o diálogo de Finn com diferentes pensadores, como Sócrates, Adam Smith ou Jürgen Habermas, sobre a memória, a importância do lucro económico ou a formação da opinião pública, entre outros temas.

Apesar de haver aspetos controversos, trata-se de um ensaio que ajuda a que se faça uma ideia dos amplos efeitos que têm os protocolos informáticos na sociedade do conhecimento.

C. G. P.

